

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

CNPJ: 01.832.808/0001-06

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cuiabá – MT, 18 de abril de 2017.

Belisa Souza Maggi
Presidente do Conselho Diretor

Juliana de Lavor Lopes
Secretária Executiva e Membro do Conselho
Diretor

**Balanço Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2016.
(Valores expressos em reais – R\$)**

		2016	2015			2016	2015
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE	Nota Explicativa			CIRCULANTE	Nota Explicativa		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	13.171.074,37	11.055.337,62	Fornecedores	9	64.419,48	22.913,87
Outros Créditos	6 e 7	13.133,53	5.513,12	Obrigações Trabalhistas e Sociais	9	128.657,02	93.781,63
				Obrigações Fiscais	9	11.033,22	4.620,55
				Outras Obrigações	9	504,18	0,00
Total do Ativo Circulante		13.184.207,90	11.060.850,74	Total do Passivo Circulante		204.613,90	121.316,05
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	8	1.363.136,22	734.927,96	Patrimônio Social	10	11.678.199,19	6.450.075,10
Intangível	8	1.617,20	3.736,54	Superávit do Exercício	12	1.849.368,69	5.213.602,19
				Ajuste de Avaliação Patrimonial	11	816.779,54	14.521,90
Total do ativo não circulante		1.364.753,42	738.664,50	Total do Patrimônio Líquido		14.344.347,42	11.678.199,19
TOTAL DO ATIVO		14.548.961,32	11.799.515,24	TOTAL DO PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.548.961,32	11.799.515,24

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras

**Demonstração do Resultado do Período
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em reais
– R\$)**

		2016	2015
	Nota Explicativa		
Receita Operacional Bruta (atividade preponderante, cfe art. 6º do Estatuto Social)		7.133.205,91	8.102.625,32
(-) Deduções da Receita Bruta		--	--
Receita Operacional Líquida	19 e 20	7.133.205,91	8.102.625,32
(-) Custos Operacionais (Lei No. 6.404/76, artigo 187)		5.869.693,91	3.038.196,52
Resultado Bruto. (Lei No. 6.404/76, artigo 187 e ITG 2002)		1.263.512,00	5.064.428,80
(-) Despesas de Custeio		585.856,69	149.173,39
Gerais e Administrativas		252.646,49	251.121,05
Depreciações e Amortizações	8	132.463,85	99.025,40
Resultado Financeiro Líquido		970.967,03	499.319,84
Superávit/Déficit do Exercício		1.849.368,69	5.213.602,19

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em reais
– R\$)

Histórico		Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	Nota Explicativa	4.867.460,93	0,00	1.582.614,17	14.521,90	6.464.597,00
Incorporação ao Patrimônio Social	10	1.582.614,17	0,00	-1.582.614,17	0,00	0,00
Superávit do Exercício de 2015		--	--	5.213.602,19	--	5.213.602,19
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		6.450.075,10	0,00	5.213.602,19	14.521,90	11.678.199,19
Incorporação ao Patrimônio Social	10	5.213.602,19	0,00	-5.213.602,19		0,00
Superávit do Exercício de 2016		--	--	1.849.368,69		1.849.368,69
Ajuste de Avaliação Patrimonial		--	--	--	816.779,54	816.779,54
Transferência para Patrimônio Social	11		0,00	--	14.521,90	--
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		11.663.677,29	0,00	1.849.368,69	831.301,44	14.344.347,42

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Valor Adicionado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em reais
– R\$)

(Em R\$)		2016	%	2015	%
	Nota Explic				
1. RECEITAS		8.347.339,05		8.742.980,13	
Receitas de Doações e Apoio a projetos	19	6.886.190,30		7.929.545,08	
Outras Receitas		247.015,61		173.080,24	
Receitas Financeiras		1.214.133,14		640.354,81	
Receitas Não Operacionais		0,00		0,00	
2. CUSTOS DE PRODUÇÃO		0,00		0,00	
Custos de Produção Bebidas a Base de Soja		0,00		0,00	
Custos de Produção Derivados de Soja		0,00		0,00	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO		8.347.339,05		8.742.980,13	
RETENÇÕES		132.463,85		99.025,40	
Depreciação e Amortização	8	132.463,85		99.025,40	
4. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		8.214.875,20		8.643.954,73	
5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		0,00		0,00	
Ganhos na venda ou baixa do imobilizado		0,00		0,00	
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		8.214.875,20		8.643.954,73	
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		8.214.875,20	100	8.643.954,73	100
Despesas com Pessoal		1.451.703,64	17,67	1.184.455,07	13,70
Serviços de Terceiros		1.367.568,05	16,65	1.148.021,10	13,28
Encargos e Tributos de Terceiros		8.967,34	0,11	9.005,01	0,10
Apoio a Projetos Culturais, Ambientais, Sociais		2.401.267,38	29,23	214.543,39	2,48
Apoio, Parceria Contínua a Instituições		53.312,40	0,65	64.985,24	0,75
Projeto, Sociais, Culturais, Ambientais da FAM		276.042,68	3,36	223.572,14	2,59
Despesas de Viagens		310.832,42	3,78	193.614,57	2,24
Despesas Administrativas		145.281,68	1,77	120.219,57	1,39
Despesas com Tributos, Taxas e Multas		10.842,13	0,13	7.977,39	0,09
Despesas Financeiras		243.166,11	2,96	141.034,97	1,63
Despesas com Seguros		6.886,70	0,08	8.262,33	0,10
Despesas com Voluntários		100,73	0,07	0,00	0,00
Outras Despesas		88.634,25	1,08	114.661,76	1,33
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		1.849.368,69	22,51	5.213.602,19	60,32

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em reais
– R\$)

		2016	2015
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS			
	Nota Explicativa		
Superávit do Exercício			
Superávit do Exercício	12	1.849.368,69	5.213.602,19
(+) Depreciação e Amortização	8	132.463,85	99.025,40
(+/-) Ajuste de Avaliação Patrimonial	8	816.779,54	-
Superávit do Exercício Ajustado:		2.798.612,08	5.312.627,59
Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC			
(+/-) Estoques		-	2.378,77
(+/-) Créditos a Receber	6	3.775,61	279,00
(+/-) Despesas Antecipadas	7	3.844,80	1.632,41
Total de Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC		7.620,41	4.290,18
Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC			
(+/-) Fornecedores	9	41.505,61	9.769,10
(+/-) Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais	9	17.243,23	11.941,40
(+/-) variação da Provisão de Férias e Encargos	9	17.632,16	32.615,15
(+/-) Obrigações Vinculadas a Fiscais e Tributárias	9	6.412,67	3.886,82
(+/-) Outras Obrigações	9	504,18	(10.000,00)
Total de Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC		83.297,85	48.212,47
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.889.530,34	5.365.130,24
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+/-) Imobilizado - adições	8	(862.427,84)	(46.227,19)
(+/-) Imobilizado - baixas	8	88.634,25	112.282,99
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(773.793,59)	66.055,80
TOTAL DAS ATIVIDADES (1 + 2 + 3)		2.115.736,75	5.431.186,04
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Saldo no Início do Exercício	5	11.055.337,62	5.624.151,58
Saldo no final do Exercício	5	13.171.074,37	11.055.337,62

As Notas Explicativas da Administração são parte Integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em reais
– R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação André e Lucia Maggi é uma instituição sem fins econômicos e lucrativos, criada em Assembleia Geral realizada em 17 de fevereiro de 1997, sua escritura pública de constituição foi lavrada no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros da Comarca de Tangará da Serra/MT, sob o nº 440, folha 236 do Livro A-3, em 07 de março de 1997. Seu foco de atuação está direcionado para a promoção do desenvolvimento social, atuando, prioritariamente, em parceria com instituições nacionais e internacionais nestes projetos. Possui Título de Utilidade Pública Federal, conforme Portaria nº 509 de 05 de março de 2007, o Título de Utilidade Pública Estadual, conforme lei nº 6.938 de 15 de outubro de 1997 e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n.º 4.635 de 12 de setembro de 2005.

São finalidades Institucionais estatutária, conforme artigo 6:

- I. Estimular atividade de pesquisa nas áreas de educação, saúde e assistência social;
- II. Realizar pesquisas, estudos, programas e projetos nas áreas de desenvolvimento social e da saúde, desenvolvimento econômico, agropecuário, agroindústria, com reflexos na comunidade em geral;
- III. Promover, apoiar e incentivar ações nas áreas da educação da infância e adolescência, cultura, saúde, assistência social, recreação e esporte estudantil, proporcionando integral desenvolvimento da coletividade, do bem comum, no interesse social;
- IV. Promover a defesa, preservação, conservação e recuperação do Meio Ambiente;
- V. Promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências;
- VI. Prestar qualquer tipo de apoio a outras instituições e iniciativas, apoiando, reconhecendo e premiando as melhores práticas sociais e de gestão;
- VII. Apoiar instituições com objetivos congêneres ou afins, através de formalização de parcerias de colaboração ou convênios, promovendo atividades com outras instituições, mantendo intercâmbios técnicos ou científicos, educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativas e quaisquer outros.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação

aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - (Resolução CFC Nº 1.330/11 - NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados aos respectivos documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Aplicações de Liquidez Imediata** – As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.
- c) **Imobilizado** – Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, de acordo com a NBC TG 27 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado). O

imobilizado está registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. A Entidade, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos contabilmente na conta de “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” nas demonstrações dos resultados.

- d) **Passivo Circulante e Não Circulante** – Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
- e) **Prazos** – Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.
- f) **Provisão de Férias e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- g) **Provisão de 13º Salário e Encargos** – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.
- h) **As Despesas e as Receitas** – Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- i) **Apuração do Resultado** – O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- j) **Estimativas contábeis** – A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos

anualmente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores de disponibilidade imediata mantidos em tesouraria e instituições financeiras, segue valores:

Contas	2016	2015
Caixa	0,00	0,00
Bancos-Conta Movimento	94.248,14	207.907,99
Aplicações Financeiras	13.073.586,73	10.844.710,84
Fundo Fixo	3.239,50	2.718,79
Saldos Totais em Reais	13.171.074,37	11.055.337,62

6. CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER

Os saldos deste grupo referem-se a adiantamentos de viagens e a impostos recolhidos a maior, a serem restituídos e/ou compensados, segue valores:

Contas	2016	2015
Adiantamento a Empregados	672,19	0,00
Impostos a Recuperar	3.103,42	0,00
Saldos Totais em Reais	3.775,61	0,00

7. OUTROS CRÉDITOS

Este grupo é composto pelos seguros e serviços contratados, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal:

Contas	2016	2015
Despesas Antecipadas	9.357,92	5.513,12
Saldos Totais em Reais	9.357,92	5.513,12

8. ATIVO NÃO-CIRCULANTE: IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei 11.638/07, Deliberação CVM 583/2009, Deliberação CVM 644/2010, Resolução do CFC Nº 1.177/2009 (NBC TG 27 R3 e Resolução do CFC Nº 1.330/10, NBC TG 04).

Durante o mês de janeiro de 2016 a Fundação realizou o teste do Custo Atribuído (Deemed Cost) de seus ativos imobilizados com objetivo assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda sua capacidade de geração de benefícios, nesse caso seu valor de mercado. Assim, foi verificado o custo de reposição (aquisição) para cada item analisado, de acordo com suas características (vida útil, capacidade técnica, entre outras). Desse modo foi analisado o mercado ativo

pertinente a cada bem em análise como forma de identificar os valores que melhor representavam os custos para aquisição de um item com características similares.

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2016	2015
Terrenos	6	N/A	636.200,00	39.195,28
Edificações	3	4% a.a	752.537,64	699.637,88
Máquinas e Equipamentos	44	6,67% a.a	161.599,10	145.773,70
Equipamentos de Informática	69	20% a.a	168.728,52	189.521,17
Móveis, Eletrodomésticos e Utensílios	140	6,67% a.a	122.689,88	121.920,33
Veículos	2	10% a.a	100.791,00	74.427,69
Equipamentos Audiovisuais	107	100%a.a	81.531,94	87.345,70
(-)Depreciação Acumulada			-660.941,86	-622.893,79
Imobilizado líquido,em reais			1.363.136,22	734.927,96

Rubricas	Qtde. Bens	Taxa Anual	2016	2015
Software	13	20% a.a	43.936,51	40.621,40
(-) Amortização Acumulada			-42.319,31	-36.884,86
Imobilizado líquido,em reais			1.617,20	3.736,54
Total do Ativo Não Circulante			1.364.753,42	738.664,50

9. PASSIVO CIRCULANTE (Obrigações a Curto Prazo)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais. Segue composição do Passivo Circulante:

Descrição	2016	2015
Vinc. Fornecimento de Mat. E Serv.	64.419,48	22.913,87
Fornecedores	64.419,48	22.913,87
Obrigações Trabalhista e Sociais	62.816,09	45.572,86
Salários	1.963,75	0,00
FGTS	10.762,55	8.164,80
INSS	38.724,93	29.343,33
PIS	1.623,68	1.251,19
IRRF	9.706,75	6.813,54
Rescisões	34,43	0,00
Obrigações Fiscais	11.033,22	4.620,55
IRRF	2.870,76	348,16
ISS a Recolher	2.315,21	2.363,98
PIS/COFINS/CSLL	4.360,54	572,62
INSS	1.486,71	1.335,79
Provisões Trabalhistas	65.840,93	48.208,77
Férias	48.129,49	35.240,45
Encargos sobre Férias	17.711,44	12.968,32
Outras Obrigações	504,18	0,00
Outros Credores por Obrigações a Pagar	504,18	0,00
Total em reais	204.613,90	121.316,05

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício de R\$ 1.849.368,69 (Um milhão, oitocentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos), os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

11. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em consonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são referentes a exercícios anteriores.

Em 2016 o saldo existente na conta no valor de R\$ 14.521,90 (quatorze mil, quinhentos e vinte e um reais e noventa centavos) referente à ajuste de exercícios anteriores, foi incorporado ao Patrimônio Social.

12. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Superávit do exercício de 2016 foi de R\$ 1.849.368,69 (Um milhão, oitocentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos) e consta incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

13. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO. As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

Atividades de Investimentos	2016	2015
Recebimento pela venda do imobilizado	0,00	0,00
Imobilizado – Adições	862.427,84	-46.227,19
Imobilizado – Baixas	88.634,25	112.282,99
TOTAL	951.062,09	66.055,80

14. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.138/2008 (alterada pela Resolução CFC 1.162/2009) que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.

15. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Os valores segurados são definidos pela Administração da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

Modalidade	2016	2015
Edificações	752.537,64	463.100,24
Veículos	100.791,00	23.436,69

16. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A Fundação avalia anualmente a existência de possíveis indícios, que possam levar a perda do valor recuperável de seus ativos não financeiros, em especial dos grupos imobilizado e intangível. Na avaliação considera eventos e/ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

17. AJUSTE AO VALOR PRESENTE (Resolução do CFC No). 1.151/09 (NBC TG 12)

Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontada as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC Nº 1.151/09 que aprova NBC TG 12.

18. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e também é isenta à incidência das Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei No. 9.532/97; Lei No. 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14.

19. DOAÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente, a Entidade recebe doações de pessoas jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 6º, conforme demonstrativo em anexo:

Exercício	Valor Recebido
2016	6.886.190,30
2015	7.929.545,08
TOTAL	14.815.735,38

20. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (Fatos Extraordinários)

Conforme a Resolução CFC Nº 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo “Outras Receitas / Despesas” no grupo operacional e não após a linha do “resultado operacional”. Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	2016	2015
3.1.02	Outras Receitas	247.015,61	173.080,24
4.2	Outras Despesas	17.834,25	114.661,76

21. ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

Em 2016 a Fundação André e Lucia Maggi (FALM) continuou com a implantação das Diretrizes Estratégicas aprovadas para o período de 2014 a 2018, com a visão de “Transformar pessoas e comunidades para o desenvolvimento sustentável” e tendo como missão a tarefa de “Contribuir para o desenvolvimento local e humano” nas comunidades onde atua.

Por meio dos recursos financeiros captados do setor privado, a FALM atingiu suas finalidades desenvolvendo diversos programas, projetos e ações. Destacamos os seguintes eixos, ações e projetos executados em 2016:

(i) Eixo Fortalecimento Institucional: são projetos que contribuem para o fortalecimento institucional de organizações sociais existentes nos municípios onde atuamos, ampliando assim a atuação das redes locais e fortalecendo a capacidade de gestão destas organizações. Em 2016, a Fundação deu continuidade ao projeto Transformar, que promove capacitações para iniciativas sociais. Também realizou a primeira edição do Prêmio Fundação André e Lucia Maggi.

(ii) Eixo Tecnologia Social para a Cidadania: As tecnologias sociais são definidas como produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social. Neste sentido, a FALM aplica a metodologia sistematizada

pela Casa Maggica Rondonópolis em outros espaços. Por meio de uma tecnologia social, contribuiremos com políticas públicas voltadas à educação que visam à formação integral do indivíduo, que contribuirão para o pleno desenvolvimento da criança e adolescente e seu preparo para a cidadania.

(iii) Eixo Desenvolvimento Local: Para promover o desenvolvimento local é necessário pensar soluções que envolvam a comunidade. Esse eixo de trabalho é caracterizado pelo fomento ao trabalho participativo. Em 2016, a FALM atuou com projetos que dão suporte, facilitando o processo de planejamento conduzido pela comunidade, buscando o protagonismo dos atores envolvidos, identificando oportunidades e ativos definindo prioridades em relação ao potencial comunitário. Estas ações foram desenvolvidas nos municípios mato-grossenses de Campo Novo do Parecis, Lucas do Rio Verde e Querência (MT), com o projeto Potencializa, e em Itacoatiara (AM) com o Centro Cultural Velha Serpa.

(iv) Eixo Parcerias: Manter parceiros e disseminar a prática de investimento social privado onde atuamos é uma das formas que a FALM contribui para o desenvolvimento local. Por isso, este eixo é transversal a todos os outros projetos. Nele está concentrada a busca por desenvolver uma rede de parcerias onde atuamos. Além disso, ao longo de 2016 foram realizadas apresentações inseridas no Vem Comigo em diversas unidades da AMAGGI, além de universidades, outras organizações do terceiro setor e empresas interessadas em conhecer mais sobre fundações empresariais ou institutos. Um grande passo foi dado em 2016, com a realização do I Fórum de Investimento Social Privado da FALM com diretores, acionistas e colaboradores da AMAGGI. No total foram 52 participantes.

(v) Outras ações: A FALM também mantém apoio financeiro a algumas instituições que são parceiras de longa data e fazem parte de sua história. Isso porque elas atendem à missão e visão da Fundação e causam impacto social nas comunidades onde atuam.

Abaixo segue, de forma especificada, todos os recursos investidos pela Fundação André e Lucia Maggi no ano corrente de 2016.

Descrição	2016	2015
FUND. ANDRE E LUCIA MAGGI - MATRIZ	5.188.329,53	2.310.810,99
Administrativo	1.191.200,66	1.005.749,88
Programa Formação Jovens Bailarinos	58.339,10	64.629,96
Apae Rondonópolis	14.749,00	20.684,13
Creches Rondonópolis	10.875,40	11.663,27
Seleção Pública De Projetos	390,52	181.378,88
Produtores Responsaveis Aumentam Desenvolvimento Local	301.758,43	437.967,23
Programa de Parcerias	10.169,64	3.281,36
Potencializa	507.805,84	147.239,53
Programa Estratégico de Comunicação	203.936,57	164.865,50
Programa de Engajamento	21.265,75	5.446,13
Casa Maggica Cuiabá	64.673,17	72.025,93
Governança	47.593,92	0,00
Premio FALM	90.830,02	0,00
Transformar	257.072,13	0,00
Mundo Maggico	35.521,50	0,00
Escola Vila Itamarati	2.372.147,88	195.879,19
FUND. ANDRE E LUCIA MAGGI - ITACOATIARA	390.694,72	501.188,54
Complementação Alimentar	39.326,77	133.132,98
Centro Cultural Velha Serpa	351.367,95	368.055,56
FUND. ANDRE E LUCIA MAGGI - RONDONOPOLIS	114.443,22	43.225,44
Complementação Alimentar	114.118,54	42.683,32
Cozinha Experimental	324,68	542,12
FUND. ANDRE E LUCIA MAGGI - SAPEZAL	27.688,00	33.083,50
Parcerias Contínuas	27.688,00	33.083,50
FUND. ANDRE E LUCIA MAGGI - CASA MAGGICA	776.814,89	641.069,47
Casa Maggica Rondonópolis	776.814,89	641.069,47
Totais em Reais	6.497.970,36	3.529.377,94

Cuiabá - MT, 31 de dezembro de 2016.

Belisa Souza Maggi
Presidente do Conselho Diretor
CPF: 042.697.239-20

Juliana de Lavor Lopes
Secretária Executiva e Membro do Conselho Diretor
CPF: 073.251.377-45

Aline de Souza Saviczki
Contadora - CRC-MT 017668/O-8
CPF: 009.611.561-04